

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.662 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2003

Senado responde à violência com pena maior para criminosos

Comissão de Justiça aprova projetos elevando em dois terços a punição para quem assassinar agentes da lei, e em um terço para crimes com participação de menores. Subcomissão analisará projetos sobre segurança pública

Célio Azevedo



Edison Lobão (E) presidiu a reunião de ontem da CCJ: resposta do Senado ao desejo da sociedade brasileira de mais segurança

O assassinato de agentes do Estado – juízes, promotores, policiais – e a utilização de menores em homicídios deverão ser punidos ainda mais severamente, segundo decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Com base em relatórios do senador Amir Lando, a CCJ aprovou dois projetos de lei destinados a combater a onda de violência no país. O primeiro, oriundo da Câmara, aumenta em até dois terços a pena de quem tira a vida de magistrados e outros agentes da lei. A segunda proposta, do ex-senador Carlos Wilson, eleva em um terço a punição para os que cometem crimes com a participação de menores de 18 anos. E para tornar mais ágil e eficiente seu trabalho, a CCJ criou subcomissão permanente para analisar as propostas sobre segurança pública que tramitam no Senado.

PÁGINAS 4 E 5

Berzoini fala hoje sobre reforma da Previdência

CCJ deve examinar projeto do Código de Defesa do Torcedor

PÁGINA 3

Roosevelt Pinheiro



Subcomissão vai fiscalizar agências reguladoras

Subcomissão foi proposta pela senadora Ana Júlia Carepa

PÁGINA 6

Plenário condena guerra e pede que EUA ouçam apelo mundial em favor da paz

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de Eduardo Suplicy condenando a iminente intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque. Senador advertiu para os impactos negativos da guerra sobre todo o mundo.



Senado defende saída pacífica para eliminar as armas de destruição em massa do Iraque

PÁGINA 3

Roosevelt Pinheiro

Plenário autoriza empréstimo de US\$ 505 milhões do Banco Mundial

Relator Fernando Bezerra defendeu aprovação da proposta, lembrando as condições extremamente favoráveis do contrato, que oferece juros de apenas 2% ao ano



Embaixador Naslausky, com Sarney: Brasil tem estreitado cooperação com os países de língua portuguesa

Sarney recebe embaixador em audiência

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o diretor-geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Marco César Naslausky, com quem conversou sobre a cooperação técnica do Brasil com outros países, especialmente os da América Latina e os de língua portuguesa na África e Ásia (entre eles o Timor Leste).

— Vim conversar com ele, que sempre foi um grande interessado nesse assunto, sobre nossas atividades atuais. A cooperação é um grande recurso de política externa — explicou o embaixador.

Sarney foi convidado para fazer uma conferência sobre as mudanças políticas no Brasil e as relações com a América Latina, pelo diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de San Martín, de Buenos Aires, Alberto Ferrari Echeverry. Ele revelou que Sarney desfruta de grande prestígio na Argentina, por ter sido um grande impulsionador da integração entre os dois países, que se materializou com o Mercosul.

O Senado aprovou a tomada de um empréstimo de US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial, que ajudará a aumentar a capacidade financeira da União. O relatório favorável à operação foi do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que ressaltou as condições extremamente favoráveis do empréstimo, a juros de 2% ao ano.

Fernando Bezerra citou o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, que informa ser o empréstimo um reconhecimento às reformas empreendidas pelo governo brasileiro e às ações pelo desenvolvimento humano que estão sendo implantadas. O dinheiro não é destinado a novos investimentos, mas a compor as reservas externas do país, podendo também ser usado para saldar compromissos externos.

O empréstimo foi defendido



Bezerra: empréstimo é reconhecimento às reformas empreendidas pelo governo

pelo líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP), e pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que acrescentou: “Fico feliz de ouvir aqui, do líder do governo Lula, o mesmo discurso que fiz durante quatro anos seguidos”.

Foi aprovado também o projeto de resolução do senador César

Borges (PFL-BA) que garante prazo de mais 270 dias para que a Bahia ajuste as garantias prestadas aos empréstimos no âmbito do Programa de Renovação da Lavoura Cacaueira Baiana. Além do próprio autor, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ainda lembrou a importância da lavoura do cacau para o Brasil. Para Antonio Carlos, o país não tem retribuído à altura,

pois boa parte do parque industrial do Sudeste foi construído graças ao cacau, cujos problemas levaram à demissão de mais de 200 mil trabalhadores. Antonio Carlos elogiou a indicação de Gustavo Moura para a direção da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

Aprovado acordo com a Alemanha

O Senado aprovou ontem, em caráter de urgência, o texto do Acordo sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para Preservação das Florestas Tropicais, entre o Brasil e a Alemanha, firmado pelo chanceler Gerhard Schröder, em fevereiro de 2002. Foi aprovada também mensagem do presidente da República relativa ao empréstimo tomado ao Export Development of Canadá e

ao empréstimo a ser tomado aos bancos BNP Paribas e Bank Leumi LE-Israel BM. A Resolução nº 66, modificada pela mensagem presidencial, autorizou quatro empréstimos externos para a compra de equipamentos destinados ao projeto de jato AL-X.

O Plenário aprovou projetos de decreto legislativo tratando de renovações de concessão, outorga e permissão para operações de rá-

dios e TVs nas seguintes cidades: Aquidauana (MS), Rio Claro (SP), São João del Rey (MG), Guajará-Mirim (RO) e Porto Velho (RO).

Por requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o Senado aprovou voto de pesar ao estado de Mato Grosso e à Cúria Metropolitana do estado, na pessoa do arcebispo de Cuiabá, dom Bonifácio Piccinini, pela morte de frei Quirino.

Comissão avalia sugestões da comunidade

Sob a presidência do senador Magno Malta (PL-ES), a Comissão de Legislação Participativa realiza hoje, às 9h, sua segunda reunião, e deverá escolher o vice-presidente para o biênio 2003/2004 e discutir duas sugestões da comunidade. O juiz Antonio Ivair Reinaldin,

de Curitiba (PR), sugere que a comissão delibere sobre mudanças no Código de Processo Civil. Já o economista Newton Bordignon, de Florianópolis (SC), quer mudar a legislação para permitir que pessoas físicas possam emprestar dinheiro a pessoas jurídicas.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney

14h — Recebe o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, acompanhado do senador Aloizio Mercadante
14h30 — Preside sessão do Senado

PLENÁRIO

14h30 — Comparecimento do ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini

COMISSÕES

9h30 — Comissão de Legislação Participativa
Pauta: eleição do vice-presidente. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

10h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 90/99, dispõe sobre reprodução humana; Ofício “S” nº 9/02, encaminha exemplar do Requerimento nº 362/02, aprovado pela Câmara Municipal de Mauá (SP), através do qual solicita instauração de sindicância para apurar possíveis irregularidades na Secretaria de Saúde, notadamente no Hospital de Clínicas Dr. Nardini; PLS nº 313/99, autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais; PLS nº 67/00 (tramitando em conjunto aos PLSs nºs 83/00 e 126/00), modifica os artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 11 e 12 da Lei nº 9.424/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no artigo 6º, parágrafo 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; PLS nº 84/02, altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para fixar prerrogativa em benefício de pessoas portadoras de deficiência; PLS nº 175/02, modifica o parágrafo 3º do artigo 20 da Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), que regulamenta o inciso V do artigo 203 da Constituição Federal; PLS nº 187/02, altera o artigo da Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para facultar a oferta, contratação e vigência de planos de assistência farmacêutica; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: audiência pública com a presença do embaixador do Iraque, Jarallah Alabaidy, para expor as razões do conflito entre os Estados Unidos e o Iraque, bem como os esforços que vêm sendo efetivados para uma solução pacífica e de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: apreciação da agenda de trabalho para instrução da Denúncia nº 1/03. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLC nº 1/03, dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado condena intervenção militar no Iraque

Plenário aprova, por unanimidade, requerimento de Eduardo Suplicy conclamando governantes norte-americanos e seus aliados a “ouvirem a voz dos povos” que defendem solução pacífica para o conflito



João Alberto Souza apresentou parecer favorável

Código do Torcedor em exame na CCJ

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), convocou reunião extraordinária para depois da ordem do dia de hoje, a fim de votar o projeto que cria o chamado Código do Torcedor. Os senadores da comissão pediram vista do projeto na reunião de ontem e, como a matéria está em regime de urgência, Lobão concedeu apenas 24 horas para o estudo do texto.

O projeto, originário da Presidência da República e já aprovado pela Câmara, recebeu voto favorável do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA). Jefferson Péres (PDT-AM) e José Jorge (PFL-PE) consideraram a proposta desnecessária, por pretender regulamentar assuntos óbvios.

Os senadores também decidiram adiar a apreciação do projeto que trata das operações de fomento mercantil (*factoring*) apresentada pelo ex-senador José Fogaça.

Berzoini debate hoje reforma com senadores

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, participa hoje, a partir das 14h30, de debate com os senadores sobre a reforma da Previdência. A reforma previdenciária é uma das prioridades do programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Berzoini vai abrir ciclo de debates sobre as reformas que levará vários ministros ao Plenário do Senado, sempre nas quintas-feiras à tarde. Na próxima quinta, será a vez do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, debater a reforma tributária. A realização dos debates e a escolha das sessões de quinta-feira foram decididas em entendimento com os líderes partidários.

Na iminência de os Estados Unidos deflagrarem guerra contra o Iraque, o Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) condenando “a intervenção militar unilateral” no país. E conclamou os governantes norte-americanos e seus aliados “a ouvirem a voz dos povos” dispostos a apoiar uma saída pacífica para a destruição de armas de aniquilação em massa e a democratização das instituições políticas iraquianas.

– O unilateralismo belicoso promovido pelo governo George W. Bush redundará em um considerável aumento da tensão política no mundo, no enfraquecimento dos sistemas multilaterais de solução de controvérsias, particularmente o das Nações Unidas, e, muito provavelmente, no recrudescimento do terrorismo – destacou Suplicy, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ainda no requerimento, o senador petista advertiu para os “efeitos deletérios” dessa ação militar sobre o “precário e complexo” desenho geopolítico no Oriente Médio, devendo agravar conflitos preexistentes. Também alertou para o impacto negativo sobre a economia mundial, como a redução de fluxos de investimento em países em desenvolvimento e o aumento do preço do petróleo.

Conforme observou Suplicy, não foram apresentadas, até o momento, provas ou indícios concretos de que o Iraque represente ameaça imediata a qualquer nação ou que seu governo tenha vínculos com grupos terroristas. “O Conselho de Segurança das Nações Unidas é a única instância que tem legitimidade para autorizar intervenções militares em países que tenham porventura desrespeitado resoluções aprovadas

em seu âmbito”, assinalou.

Na ocasião, o presidente da CRE comentou a realização de audiência pública hoje, às 10h, com o embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy. No próximo dia 3 de abril, será a vez de a embaixadora dos Estados Unidos, Donna Jean Hrinak, vir ao Senado. Ambos foram convidados a expor as razões dos respectivos países para deflagração de um conflito armado.



Suplicy afirma no Plenário que não foram apresentadas provas de que o Iraque represente ameaça a qualquer nação

Embaixador russo elogia discurso de Sarney em favor de solução negociada

O embaixador da Rússia no Brasil, Vassili Gromov, elogiou ontem o pronunciamento feito em Plenário pelo presidente do Senado, José Sarney, a respeito da guerra no Iraque. Durante visita feita pela manhã a Sarney, ele ressaltou a coincidência entre as opiniões do senador e as que vêm sendo sustentadas pelo seu país.

– O discurso do presidente Sarney nos impressionou muito, porque nossas posições sobre a crise do Iraque são muito próximas, praticamente idênticas. Nossos países fizeram todo o possível para resolver esses problemas por meios diplomáticos e pacíficos – afirmou Gromov.

O diplomata entregou a Sarney mensagem de Serguei Mironov, presidente do Conselho da Federação – órgão equivalente ao Se-

nado brasileiro –, congratulando o senador por ter assumido a presidência da Casa e convidando-o a realizar visita oficial à Rússia. Segundo o embaixador, Sarney aceitou o convite, e a data provável da realização da visita será junho deste ano.

CHINA

O embaixador da China no Brasil, Jiang Yuande, disse que aprecia a posição manifestada pelo presidente do Senado, José Sarney, contra a guerra anunciada entre os Estados Unidos e o Iraque. Segundo o embaixador, a China, assim como o Brasil, espera sempre tratar e resolver disputas internacionais por meio da paz e da diplomacia, segundo o objetivo da Carta das Nações Unidas.

– A China está profundamente preocupada com o desenvolvimento da situação no Iraque e

espera que se evite a guerra e se resolva a crise do Iraque dentro da estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU) – afirmou o embaixador à Agência Senado.

A posição do embaixador foi manifestada ontem, a partir de dois pronunciamentos do senador José Sarney na tribuna do Senado. Em ambos os discursos, feitos na semana passada e nessa terça-feira, Sarney condenou a iminente invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Segundo o senador, a decisão do presidente dos EUA, George W. Bush, de atacar o Iraque, mesmo sem o apoio da ONU, aponta para um dos piores momentos da história do século 21, não somente pelo uso da violência, mas também porque significa o fim do processo que permitiu a convivência pacífica entre as nações.

Representante do Iraque fala a comissões

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e a da Câmara dos Deputados realizarão, em conjunto, audiência pública com o embaixador da República do Iraque no Brasil, Jarallah Alobaidy. A reunião, marcada para hoje, às 10h, tem como objetivo a exposição das razões do conflito entre os Estados Unidos e o Iraque.

Têm sido constantes, nos últimos dias, os discursos de deputados e senadores contra um ataque militar dos Estados Unidos ao Iraque. Também o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se manifestou em mais de uma ocasião contrário à guerra. Lula sugeriu, inclusive, ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, que representantes de toda a comunidade internacional se reunissem em busca de solução pacífica.

SENADO CONTRA VIOLÊNCIA

A escalada da violência no país levou a Comissão de Justiça a aprovar aumento de pena por homicídio de policiais, juízes, procuradores e oficiais de justiça, e crime praticado com a participação de menores de 18 anos. A CCJ também criou Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Aprovado por unanimidade, o novo colegiado vai acompanhar as matérias que tratam de segurança em tramitação no Senado, além de apresentar proposições. A proposta partiu dos senadores Tasso Jereissati e Ney Suassuna.

Assassinato de agente do Estado pode ter pena maior

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, por unanimidade, relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO) favorável a projeto de lei da Câmara que eleva em até dois terços a pena do condenado por homicídio de policial ou agente do Estado, como procurador e magistrado. A matéria vai ao Plenário com a recomendação da CCJ de que seja analisada com rapidez, para que sirva como resposta do Senado ao assassinato do juiz-corregedor Antônio José Machado Dias, de Presidente Bernardes (SP), onde se encontra preso o traficante Fernandinho Beira-Mar.

— Há muito que se faz necessário o aumento da severidade da lei na punição de quem, além de desenvolver ação criminosa, desafia o Estado, voltando-se violentamente contra o seu agente, matando-o ou ferindo-o. Não há dúvida que a matéria tem impulso atual, como



CCJ enviará projeto ao Plenário com recomendação de que seja examinado com rapidez, como resposta do Senado à morte do juiz Antonio Machado Dias

uma reação do Senado contra esse crime hediondo que chocou o Brasil cometido contra o juiz-corregedor — declarou Lando.

De autoria do ex-deputado Nilmaro Miranda, o projeto originalmente previa que apenas o assassinato de policial seria considerado homicídio qualificado. Com a emenda, Lando ampliou a proposta, incluindo os agentes do Estado.

— Por que o delito não seria considerado grave se cometido contra membro do Ministério Público ou um fiscal? Julgamos que, genericamente, todos os crimes, quando praticados contra agentes do Estado e em razão de seu cargo, devam ter sua pena agravada e não somente os delitos de homicídio e lesão corporal — argumentou Lando.

Projeto agrava punição de policial homicida

O projeto de lei acolhido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, modificando dispositivo do Código Penal, inclui entre os casos de homicídio qualificado o praticado por policial no exercício da função.

— Também se faz mister aumentar a punição do policial que, usando a delegação que o Estado lhe conferiu, comete crimes tão graves como o homicídio e a lesão corporal contra quem tem a obrigação de defender — disse

Amir Lando.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) elogiou o parecer de Amir Lando, por ampliar o alcance da proposta. Demostenes observou que, se ela já estivesse em vigor, os assassinos do juiz-corregedor em São Paulo teriam suas penas aumentadas em dois terços, numa resposta à altura à sociedade, “porque facinoras dessa estirpe não podem ficar impunes”.

Por sua vez, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) sugeriu ao pre-

sidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), que solicite ao presidente do Senado, José Sarney, o máximo de agilidade à tramitação do projeto, como forma de demonstrar à sociedade que a Casa está atenta ao assunto.

Apesar de já ter sido aprovada pela Câmara, a proposta deverá retornar ao exame dos deputados, em função das alterações feitas pela Comissão de Justiça do Senado e que poderão ser acatadas em Plenário.

Para os membros da CCJ, o clima de insegurança vivido pela população obriga o Senado a mobilizar os partidos na busca de soluções para o problema. Por sua vez, o senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, sugeriu à Casa a realização de estudos visando à elaboração de propostas com o objetivo de “coibir a prática de atos nocivos e atentatórios ao cidadão e ao Estado”. E o senador Hélio Costa apresentou projeto que dobra a pena para quem traficar drogas no interior ou nas imediações de escolas.

Mais rigor na punição de crimes com uso de menor

Com base em relatório do senador Amir Lando (PMDB-RO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto do ex-senador Carlos Wilson que aumenta em um terço a pena de quem comete crime com a participação de menor de 18 anos. Caso não haja recurso para votação no Plenário, a matéria será enviada ao exame dos deputados.

Os membros da CCJ também aprovaram relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM), favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que aperfeiçoa a redação do artigo 77 da Constituição, sobre a data das eleições presidenciais.



Amir Lando: “Projeto está de acordo com o espírito de combate à criminalidade”

A CCJ aprovou ainda outro relatório de Jefferson Péres, contrário ao projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR) determinando que os processos de privatização de serviços públicos de energia elétrica e saneamento sejam precedidos de plebiscito.

Legislação do trânsito deve se adaptar ao Código Penal

Na reunião de ontem, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheram projeto de lei de iniciativa do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) adequando as penas constantes do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) às do Código Penal, no caso de crimes de homicídio e lesão corporal culposos.

Ele explica, na justificativa do projeto, que a legislação de trânsito pune com maior rigor crimes de natureza similar.

A proposta de Mestrinho, que recebeu parecer favorável do

relator, senador José Jorge (PFL-PE), deverá seguir para exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para apreciação em Plenário. O senador sugere a redução das penas de homicídio culposo — definidas hoje em dois a quatro anos de detenção pelo Código de Trânsito — para um a três anos, conforme estabelece o Código Penal. Da mesma maneira, o senador sugere a diminuição da pena, prevista no Código de Trânsito, para lesão corporal culposa, dos atuais seis meses a dois anos de detenção, para dois meses a um ano.



Mestrinho diz que penas do CTB são mais rigorosas

Proposta garante presença de defensor em reunião secreta de CPI

O advogado que quiser acompanhar seu cliente durante depoimento ou testemunho em comissão parlamentar de inquérito (CPI) poderá fazê-lo, ainda que a reunião seja secreta. Isso é o que estabelece projeto da Câmara, cujo parecer favorável, do sena-

dor Amir Lando (PMDB-RO), foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como a matéria já foi apreciada no mérito pela comissão, será submetida agora à deliberação do Plenário.

A intenção do autor, ressaltou

Lando, é a de ajustar a legislação que trata especificamente do funcionamento das CPIs para prever que o depoente possa ser acompanhado por seu advogado. De acordo com o relator, a presença do advogado ao lado do cliente é prevista pela Constituição e está

disciplinada pelo Estatuto da Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Amir Lando explicou também que, apesar da prerrogativa constar de lei, recentes episódios ocorridos na CPI do Narcotráfico acabaram provocando a necessida-

de de manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o cumprimento da medida. As decisões do Supremo indicam que o advogado poderá intervir, durante o depoimento de seu cliente, inclusive para preveni-lo contra a auto-incriminação

SENADO CONTRA VIOLÊNCIA

Costa quer dobrar a pena para tráfico nas escolas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) quer dobrar a pena privativa de liberdade para os crimes de tráfico de entorpecentes praticados no interior ou em um raio de até 200 metros de estabelecimento de ensino de qualquer nível. Ele apresentou projeto de lei inspirado na legislação americana e disse que, em vários países, já foram aprovadas normas legais que impõem penas severas ao tráfico de drogas nos estabelecimentos de ensino. A iniciativa será votada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O parlamentar alega que os estabelecimentos de ensino são os pontos mais visados pelos traficantes, constituindo as crianças e os jovens presas fáceis para os "puxadores de drogas". Ele observou que, nos Estados Unidos, o Congresso aprovou a chamada *Drug Free Zone* (área livre de drogas), que compreende o recinto e as imediações das escolas de todos os níveis. E atestou que "o resultado foi um extraordinário sucesso", daí de-



Costa: EUA já adotam a chamada *Drug Free Zone* próxima aos colégios e escolas

sejar que seu projeto seja logo aprovado. Em algumas escolas brasileiras, acrescenta, as drogas já foram passadas para crianças e jovens pelos mais engenhosos métodos, como balas, gomas de mascar, adesivos e cigarros.

— Milhares de crianças e jovens tiveram seu primeiro contato com drogas durante o período escolar e, o mais grave, muitos receberam as substâncias dos traficantes dentro das escolas ou nas suas proximidades — lembrou o senador.

Polícia foi desvirtuada no regime militar, diz Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) atribuiu a crise na segurança pública ao desvirtuamento das funções das polícias no país. Ele disse compartilhar a tese defendida pela ex-deputada carioca Sandra Cavalcanti, em seu livro *A Escalada da Insegurança*, que traça um diagnóstico dos erros cometidos desde 1969 e que culminaram, segundo observou, "na mais perfeita desarmonia" entre as polícias.

Com citações do livro, o senador afirmou que um conjunto de decretos-leis deu às polícias militares o monopólio do policiamento ostensivo, mas o resultado foi a diminuição da presença policial nas ruas. A corporação se transformou em organismo paramilitar, auxiliando as Forças Armadas no combate à subversão política, dedicando-se aos exercícios militares, à ordem unida.

A Polícia Civil, por sua vez, "caiu na rotina burocrática do inquérito e limitou-se a um inócuo papel reativo, contrário à velha sabedoria de que polícia boa é aquela que consegue chegar antes do crime",



Jefferson citou análise feita no livro *A Escalada da Insegurança*, da ex-deputada Sandra Cavalcanti

assinalou Péres.

O senador ressaltou que a luta da deputada para, na Constituinte, "livrar o Brasil dessa herança macabra" foi derrotada pelos *lobbies* das várias corporações. "Restaram na base da pirâmide os policiais humildes, mal remunerados, desequipados, na mira do crime organizado e sob a pressão sedutora do narcotráfico", acredita Jefferson Péres, para quem o Exército na rua não é solução verdadeiramente duradoura, "pois foi a militarização da polícia que nos jogou ao atual impasse".

Subcomissão da CCJ vai avaliar segurança pública

Em decisão unânime e por iniciativa dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a criação de uma Subcomissão Permanente de Segurança Pública. O novo órgão, que funcionará no âmbito da CCJ, será composto por sete membros titulares e sete suplentes, e se destina a acompanhar, sistematicamente, os assuntos relacionados com a segurança pública e o combate à violência no país.

A intenção dos autores é que a nova subcomissão possa estudar todas as matérias que tratam de segurança em tramitação no Senado, além de apresentar projetos de combate à criminalidade. O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) manifestou seu apoio à decisão da CCJ, afirmando que seu estado, o Rio de Janeiro, "já não agüenta mais o problema do crime organizado".

No Plenário, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou indicação sugerindo a realização de estudo, no âmbito da comissão mais adequada, sobre o problema da violência no Brasil, para que sejam elaboradas proposições legislativas "para coibir a prática de atos nocivos e atentatórios ao cidadão e ao Estado".

Na reunião da CCJ, o presidente Edison Lobão (PFL-MA) consultou os senadores sobre a possibilidade de a comissão organizar pautas diferenciadas de votação: algumas seriam compostas por matérias polêmicas e outras apenas com proposições de consenso. Segundo Lobão, essa sistemática foi adotada em 1997 pela comissão, mas hoje já não é mais praticada, o que, a seu ver, tem causado lentidão dos trabalhos da CCJ.

Diversos senadores apresentaram sugestões para agilizar os trabalhos, como criar uma comissão informal para selecionar as matérias, mas re-



Lobão quer buscar fórmula para tornar mais ágeis as votações na CCJ

comendaram, ao final, que o próprio presidente decida sobre o formato mais adequado para o andamento das reuniões.

Números desmentem mito de país pacífico

O Brasil possui uma das maiores taxas de homicídios dolosos do mundo. Em 2001, o país exibiu uma taxa média de 23 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes. Veja abaixo comparação da criminalidade com outros países:

País	Homicídios por 100 mil hab.
Brasil	23,0
Japão	1,0
EUA	5,9
França	1,6
Índia	2,2
Argentina	5,0
Espanha	2,8
Austrália	2,0
Reino Unido	1,5

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública/ONU

Rejeitado plebiscito sobre a unificação das polícias

Na reunião de ontem, os integrantes da CCJ se posicionaram contrários à realização de plebiscito sobre a unificação das polícias Militar e Civil. Eles aprovaram parecer do senador César Borges (PFL-BA), contrário ao projeto de decreto legislativo do ex-senador Nabor Júnior que sugeria a consulta popular.

Na discussão da matéria, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) manifestou-se a favor do plebiscito, por acreditar que ampliaria o debate sobre tema polêmico, mas, posteriormente, após ouvir outros senadores, admitiu a dificuldade de implementar a consulta popular.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu um mai-

or debate sobre a unificação das polícias, assim como o senador Sibá Machado (PT-AC), mas foram contrários à idéia do plebiscito. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), por sua vez, manifestou sua preocupação com a possibilidade de a realização de um plebiscito acabar por adiar uma decisão que deveria ser urgente.

ARQUIVAMENTO

A CCJ aprovou ainda parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pedindo o arquivamento de documento encaminhado ao Senado pela Central de Atendimento aos Moradores e Mutuários do Estado de São Paulo (Cammesp).

Simon informou que a Cammesp enviou o material à Presidência do Senado e pediu a dis-



César Borges, relator do projeto sobre plebiscito, é contrário à consulta

tribuição do mesmo aos senadores. Como relator, Simon disse ter optado pelo arquivamento porque o dossiê enviado pela entidade não é uma petição, instrumento previsto pela Constituição em que há denúncia de desrespeito a direito, ilegalidade ou abuso de poder por autoridade pública, o que não era o caso.

Subcomissão fiscaliza agências reguladoras

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) decidiu ontem, por unanimidade, criar subcomissão permanente para fiscalizar e acompanhar os atos das agências reguladoras. O objetivo principal da iniciativa, segundo a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), autora do requerimento de criação da subcomissão, é não permitir que as agências excedam as suas atribuições constitucionais.

Ana Júlia justificou seu pedido enfatizando que a competência para a formulação de políticas e diretrizes setoriais continua sendo atribuição dos Poderes Executivo e Legislativo, "cabendo às agências tão-somente implementá-las em suas respectivas áreas de atuação".

O vice-presidente da CFC, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), informou que os membros que vão integrar a subcomissão serão escolhidos na próxima reunião do colegiado, marcada para quarta-feira (26).

Na mesma reunião foram aprovados, ainda, três requerimentos de autoria do presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), solicitando diversas informações sobre a extensão da crise no setor energético ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa; ao presidente da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), Luiz Pinguelli Rosa; e ao diretor-geral da Aneel, José Mário Abdo.

Os membros da CFC aprovaram outro requerimento de Ana Júlia solicitando audiência pública com o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso. Também foram aprovados os seguintes requerimentos: de Eurípedes Camargo (PT-DF), convidando o controlador-geral da União, Waldir Pires; de Luiz Otávio (PMDB-PA), solicitando ao presidente da Caixa informações sobre a atuação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea); de Heloísa Helena (PT-AL), pedindo ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma inspeção e respectiva tomada de contas nos convênios firmados entre o Banco do Nordeste e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda (Copaba); e de Ney Suassuna, convidando os diretores da Aneel, José Mário Abdo, e da Anatel, Luiz Guilherme Shymura de Oliveira, para prestarem esclarecimentos.

Conselho de Ética começa a investigar escuta ilegal

Relator Geraldo Mesquita Júnior apresenta hoje uma agenda de trabalho para a sindicância que apura grampos na Bahia

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) apresenta hoje ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar uma agenda de trabalho para a sindicância que apura a instalação de escutas telefônicas clandestinas na Bahia e a suposta participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nessas ações.

Mesquita, relator do processo no conselho, deverá sugerir um cronograma com os primeiros depoimentos sobre o episódio, que será então submetido

aos senadores. O presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), defendeu, na reunião de terça-feira, que os primeiros a depor fossem os jornalistas Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha, da revista *IstoÉ*, que teriam provas da participação de Antonio Carlos Magalhães nas escutas.

O PFL completou ontem as indicações de senadores para o conselho. Os senadores César Borges (BA) e Renildo Santana (SE) foram indicados suplentes.



Geraldo Mesquita deve sugerir cronograma com os primeiros depoimentos

Jefferson e Antero negam ter pleiteado relatoria do caso

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) refutou de forma enfática ter manifestado, junto ao líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), interesse em relatar as investigações sobre as escutas ilegais realizadas pela Secretaria de Segurança da Bahia. A informação foi divulgada ontem pelo *Jornal do Brasil*, na coluna "Informe JB", assinada pelo jornalista Diego Escosteguy.

— A notícia é absolutamente inverídica. Só quem não me conhece imaginaria isso. Em oito anos de mandato, foram os holofotes que me procuraram. Por que me insinuaria? Quem faz isso está com má intenção de absolver ou com gana de punir — afirmou



Antero Paes de Barros: "Nunca pleiteei e não pleiteio nenhum tipo de relatoria"

Jefferson Péres, exortando o senador Renan Calheiros a assegurar a falsidade da informação.

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), disse que os senadores do bloco de apoio ao governo

que participam do Conselho de Ética — Jefferson, Flávio Arns (PT-PR) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) — foram indicados pelo PT e não fizeram qualquer gestão para participarem do colegiado.

Antero Paes de Barros (PSDB-MT), outro citado na coluna, também negou ter pleiteado a indicação. Ele afirmou ainda que, em sua opinião, uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) seria a instância apropriada para apurar o episódio, e não o Conselho de Ética, como ocorrerá.

— Nunca pleiteei e não pleiteio nenhum tipo de relatoria. E é preciso que o assunto [as escutas na Bahia] seja tratado com a maior serenidade — ressaltou Antero.

Simon quer garantir controle social sobre atos do governo

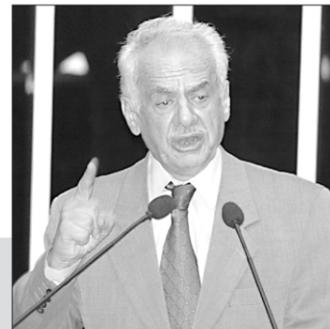
Para transformar projeto de lei de sua autoria em uma proposta de emenda à Constituição (PEC), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem a retirada da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da proposta que visa a criação de um sistema de controle social sobre os atos da administração pública federal, estadual e municipal financiados com recursos da União, assegurando livre acesso às informações sobre as finanças públicas.

Apesar de louvar o mérito da matéria, o relator Amir Lando (PMDB-RO) apontou inconstitucionalidades na proposta, já que ela busca criar uma instân-

cia de controle do governo, competência que, na Constituição de 1988, cabe ao Legislativo. Foi Amir Lando quem alertou que a iniciativa não pode ser tomada por meio de lei ordinária, sugerindo o caminho da PEC.

Jefferson Péres (PDT-AM) reconheceu as inconstitucionalidades, mas ressaltou a importância da proposta, por acreditar que o controle social das finanças públicas é uma importante ferramenta de combate à corrupção no país. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) antecipou seu apoio a uma PEC com o mesmo conteúdo.

O controle social, disse o senador Sibá Machado (PT-AC), deve



Simon retira projeto para apresentar proposta de emenda à Constituição com o mesmo teor

estar previsto inclusive nas reformas da Previdência e do sistema tributário. João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu que o controle social seja feito pela democratização do uso do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), por meio da simplificação de seu acesso, como foi feito no Amapá.

João Batista destaca encontro de microempresas

João Batista Motta (PPS-ES) comunicou ao Plenário que está sendo realizada até hoje, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, a II Convenção Nacional das Micro e Pequenas Empresas. Entre os assuntos em debate estão as reformas tributária, trabalhista e previdenciária.

O senador informou que as micro e pequenas empresas são responsáveis pela produção de 25% das riquezas do Brasil e por mais da metade dos empregos com carteira assinada. Ele cumprimentou o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) pela realização do encontro.

Sarney lamenta morte de Jean-Luc Lagardère

O presidente do Senado, José Sarney, lamentou em Plenário a morte de Jean-Luc Lagardère, o mais renomado empresário francês, presidente do grupo Lagardère, controlador de inúmeras empresas, dentre as quais o senador destacou a indústria aeronáutica Aerospatiale; a Matra, uma gigante da indústria pesada; e empresas da área petroquímica e de computadores.

Nesse legado, Sarney citou o maior grupo europeu de mídia, que se agrega em torno da editora Hachette, com mais de 300 revistas, jornais, canais de televisão e produtora de cinema. O senador pediu que a Casa envie à viúva, Betsy Lagardère, e ao único filho do empresário, Arnaud Lagardère, manifestações de condolência.

O senador disse que, em visitas à França, recebeu de Jean-Luc Lagardère manifestações de gentileza. Também afirmou que o empresário era um amigo do Brasil, casado com uma brasileira de Minas Gerais.

Tebet registra pesar pela morte de jornalista

A pedido do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o Senado decidiu ontem inserir em ata voto de pesar e apresentar condolências à família e ao estado de Mato Grosso do Sul pela morte do jornalista José Barbosa Rodrigues. De acordo com Tebet, J. Rodrigues foi o fundador do jornal *Correio do Estado*, maior grupo de comunicação daquela unidade da Federação, onde o jornalista viveu durante 60 anos.

O parlamentar lembrou que, ao chegar em Mato Grosso do Sul, José Barbosa Rodrigues foi inspetor e professor de Metodologia e Didática, fundando, dez anos depois, o jornal que se tornou o mais antigo órgão de imprensa de Campo Grande. Também disse que o grupo de comunicação de J. Rodrigues incluiu uma televisão e duas emissoras de rádio.

Heloísa Helena critica carta de intenções assinada com FMI

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou ontem contra os termos da carta de intenções assinada pelo governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional, que foi divulgada em 28 de fevereiro passado. Ela admitiu que o Executivo brasileiro tem autonomia para assinar o documento, mas argumentou que o texto inclui compromissos que não foram discutidos internamente pelo PT.

Ela citou o compromisso do governo com a aprovação rápida da proposta de emenda alterando o artigo 192 da Constituição, que trata da regulamentação do setor financeiro, “passo necessário para a autonomia operacional do Banco Central”. Na carta, conforme a senadora, o governo está assumindo o compromisso para progressos na venda dos quatro



Heloísa Helena argumenta que compromissos não foram discutidos pelo PT

bancos estaduais que foram federalizados, o que, segundo disse, “causará grande polêmica”.

Heloísa Helena também manifestou discordância quanto ao compromisso do governo brasileiro com a aprovação de uma nova Lei de Falências, nos termos em que a questão está colocada na carta de intenções com o FMI. A legislação vigente seria alterada para que a prioridade que hoje é dada às obrigações trabalhistas, em caso de falência, seja estendida aos banqueiros, acrescentou a representante alagoana.

A senadora disse que, na carta, o governo assume, ainda, o compromisso de aprovação da reforma da Previdência, com mudanças no regime de aposentadoria dos servidores.

PFL assume proposta de César Maia para combate à violência

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) anunciou ontem que o PFL decidiu assumir a proposta do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, como solução para os problemas de segurança enfrentados pelo estado do Rio de Janeiro. O anúncio foi classificado pelo próprio senador como “um ato de oposição”.



Jorge Bornhausen elogiou a iniciativa do prefeito do Rio de Janeiro

Intitulada “Uma Proposta de Segurança Pública para o Rio de Janeiro”, a iniciativa reúne diversas sugestões de mecanismos de operação e conta com R\$ 100 milhões da prefeitura para implementar o projeto.

Segundo Bornhausen, a proposta estabelece um prazo mínimo de 20 anos para vigorar completamente e acaba com mobilizações temporárias como as decorrentes de algum episódio de violência que vira notícia. De acordo com o senador, o projeto estabelece a localização geográfica das áreas que passariam a ter vigilância intensiva de 24 horas e cria o “Distrito de Segurança”, com ampla autonomia

de combate local e onde estará o Juízo Especial, a Defensoria Pública e a sala de trabalho do promotor.

Bornhausen classificou o trabalho da Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça, como “modesto e pequeno”, e acusou o secretário de querer “o naufrágio da governadora Rosinha Matheus, quando a cidade se esvai numa estatística de dor e morte, equivalente e até superior ao conflito árabe-israelense”.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), lembrou que ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acatando proposição dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Ney Suassuna (PMDB-PB), criou a Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Ele também afirmou que a atual situação de violência no país é uma dívida histórica deixada pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, que não discutiram corretamente o problema.

Lula se encontra amanhã com lideranças do PMDB

Segundo Aloizio Mercadante, reunião deve discutir condições concretas para aliança com partido do governo

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá um encontro amanhã com as principais lideranças do PMDB, entre eles o presidente do Senado, José Sarney, e os líderes do partido no Senado, Renan Calheiros (AL), e na Câmara dos Deputados, Eunício Oliveira (CE). O objetivo da reunião é selar as condições concretas da aliança entre o PMDB e o PT.

Mercadante disse que o governo precisa da participação ativa do PMDB, para garantir a governabilidade e a concretização das reformas.

– Mais do que isso, é o próprio

Brasil que precisa dessa presença ativa e completa do PMDB no governo – ressaltou.

Segundo Mercadante, essa aliança se dará em moldes programáticos e o PMDB será o parceiro preferencial do governo em todos os níveis, inclusive o ministerial.

Ele explicou que o governo não busca o apoio de frações de partidos, preferindo o apoio de partidos inteiros e coesos. Para o senador, somente assim será possível estabelecer uma aliança estratégica, com debates programáticos abertos e transparentes, para defender e aprovar as propostas concretas de que o Brasil precisa.

– Promover alianças loteando cargos pode ser mais fácil, mas

será através de um debate sobre idéias e programas que poderemos construir uma unidade duradoura e prolífica – destacou.

Mercadante lembrou a importância do apoio que tantas lideranças políticas do PMDB deram ao PT, durante as eleições, afirmando que isso somente foi possível por haver identidade de propósitos e idéias entre os dois partidos.

– Na eleição das Mesas da Câmara e do Senado ficou provado que os alicerces de uma aliança estreita continuam existindo. Também será assim na votação e implementação das reformas e demais propostas governamentais – concluiu Mercadante.

Renan Calheiros esclarece posição do partido

Em discurso da tribuna, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), manifestou ontem a posição dos peemedebistas em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sustentando que o partido dará apoio às reformas estruturais, mas “não prestará apoio irrisório a nada”. Ele afirmou que o PMDB não quer ministérios no governo, mas sim “participar das decisões, dividir responsabilidades, ajudar a formular as políticas públicas, mas sem ocupar cargos”.

– Noto que a tendência de nos mantermos independentes ganha



Calheiros disse que PMDB apoiará reformas com que concorda

força a cada dia. Hoje, o desejo crescente no partido é de adotar uma postura de colaboração com o país, mas de independência – observou.

Independência, de acordo com Renan Calheiros, significa votar a favor dos projetos com os quais o PMDB concorda e rejeitar aqueles “contrários às diretrizes” do partido. A princípio, os peemedebistas querem cinco reformas constitucionais – nas áreas tributária, fiscal, previdenciária, agrário-trabalhista e político-partidária.

Depois de lembrar que o PMDB

é hoje o maior partido do país, presente em todos os municípios e com o maior número de vereadores, prefeitos, deputados estaduais e senadores, Renan Calheiros disse que o partido caminha para uma união nas eleições do Diretório Nacional, em setembro. Sustentou que tem feito esforços para que seja eleita uma direção nacional que represente todas as correntes do partido. “Temos de ter unidade e não, necessariamente, unanimidade.”

Renan Calheiros deu ainda dois recados de interesse das bases do PMDB. Criticou as invasões de fazendas por sem-terra nos últimos dias e cobrou dos outros partidos o cumprimento de acordos feitos durante as votações de projetos, citando a Medida Provisória 66.

CAS institui subcomissão dos portadores de deficiência

A pedido dos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu criar a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Deficiência. Nos diversos cargos públicos exercidos em Minas Gerais, inclusive de governador, Azeredo procurou viabilizar iniciativas em defesa dos direitos dos deficientes.

Em 1983, quando presidia a empresa de processamento de

dados do estado, o senador tucano implantou um programa de apoio aos portadores de deficiência como profissionais de informática. Já como prefeito de Belo Horizonte, determinou à Secretaria Municipal de Educação a reestruturação do ensino especializado para portadores de necessidades especiais.

Na condição de governador de Minas Gerais, tratou de expandir o ensino especializado na rede de



Eduardo Azeredo é um dos autores da proposta de novo órgão

ensino estadual e deu apoio às iniciativas das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), com o envolvimento ativo do Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas).

Jereissati cobra do governo criatividade para mudar país

Senador não vê sinais de que um rumo diferente esteja sendo tomado e teme o aprofundamento do quadro recessivo na economia

Utilizando como pano de fundo a questão do desenvolvimento regional, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) discursou pela primeira vez, ontem, para cobrar criatividade do governo.

— Até agora, nada, absolutamente nada, nos leva a crer que um rumo diferente esteja sendo tomado — nem para melhor, nem para pior. É necessário e urgente traçar uma estratégia para sair desse círculo. Para isso, precisamos de novos quadros, com novas idéias, dispostos a correr riscos e, principalmente, com uma grande dose de criatividade — afirmou.

Jereissati disse estar preocupado com os primeiros movimentos da área econômica do governo e com



Na opinião de Jereissati, são necessários "novos quadros, com novas idéias"

o risco de aprofundamento do quadro recessivo.

— Não existem sinais de mudanças nem de criatividade. É óbvio que a simples execução de um manual montado na perspectiva única, simplista e às vezes perversa do merca-

do financeiro internacional não funciona mais neste lugar e neste momento — alertou.

Outro aspecto que preocupa o senador é o das reformas. Para ele, a reforma da Previdência deve ser feita de maneira completa, permitindo maior poupança do setor público e um horizonte claro de poupança, no futuro, do setor privado.

A reforma tributária também foi

abordada pelo senador, que chamou atenção para o enorme jogo de interesses conflitantes e legítimos. Segundo ele, esse jogo está impedindo uma visão muito clara do que a reforma deve ser.

— Precisamos primeiro discutir que tipo de Federação queremos para o nosso país, quais os direitos e deveres que competem à União, estados e municípios na divisão do poder federativo — assinalou.

Apartaram Tasso Jereissati os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), César Borges (PFL-BA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Patrícia Saboya (PPS-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB), José Agripino (PFL-RN) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Eles destacaram o equilíbrio, a sensatez e a lucidez das observações de Jereissati.

Mercadante considera crítica "consistente"

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou o discurso do senador Tasso Jereissati, afirmando que as críticas do opositor foram "qualificadas e consistentes". Ele frisou que o governo não desqualificará os interlocutores e a oposição.

— Queremos ouvir as críticas, incorporá-las quando possível e procurar, nesse diálogo, avançar nas políticas de governo — declarou.

Mercadante destacou a mudança no padrão de discussão e na natureza das críticas dos líderes do PSDB ao governo, desde a campanha eleitoral, quando "o centro das críticas era que o Brasil caminhava para uma catástrofe". Ao observar que a crítica do catastrofismo deu lugar à do continuísmo, Mercadante afirmou que esse debate é melhor do que o anterior.

— Essa crítica é muito oportuna e é uma crítica que nós devemos fazer — comentou.

O senador enumerou as mudanças implementadas pelo novo governo, começando pela política externa, citando a política econômica e destacando a área social. Segundo ele, o governo quer discutir cada um dos programas sociais, para mostrar sua consistência e o projeto de desenvolvimento, "em que o social será o eixo do desenvolvimento econômico".



Mercadante aponta mudanças já implementadas por Lula

Virgílio não vê alteração significativa na economia

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), advertiu o líder do governo, Aloizio Mercadante, a "tomar muito cuidado" com o ditado popular que diz "desta água não beberei". Garantindo estar munido "do espírito construtivo e da mesma linha de debate qualificado", o líder partidário criticou algumas afirmações feitas pelo líder do governo momentos antes.

Segundo Arthur Virgílio, Mercadante insinuou que os brasileiros podem assumir compromissos com a suspensão dos aumentos da taxa básica de juros a partir de agora. Mas, para o líder do PSDB, no mês que vem, pode ser necessário aumentar a taxa Selic.

Virgílio também criticou Mercadante por ter dito que o dólar entra agora em uma situação de equilíbrio, "como se pudesse garantir que não vai haver mais solavanco para cima e para baixo".

O líder do PSDB lembrou que o governo brasileiro acabou de assinar um protocolo de intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI) "garantindo a continuidade das políticas que estão praticadas aí", contrapondo-se à assertiva de Mercadante, para quem a política econômica mudou.

— Não vi mudança significativa entre um modelo macroeconômico e o outro — afirmou Virgílio.



Arthur Virgílio lembra que acordo com FMI prevê continuidade

Povo quer governantes honestos, afirma Papaléo

Fazendo seu primeiro discurso na tribuna, o senador Papaléo Paes (PTB-AP) disse que o cidadão comum quer saúde, educação, segurança, emprego e "governantes que trabalhem com honestidade, dedicação e vontade de servir e não de se servir do povo".

Afirmando que não se pode mais conviver com um Estado inerte, ele disse que a reforma política — uma das bandeiras do presidente da Casa, José Sarney — conduzirá o país a um sistema mais ordenado e racional, no qual "não venham a prevalecer as questões casuísticas, mas a ética, tão necessária para a credibilidade do político".

O senador observou que a política deve ser entendida como missão e que o mandato não deve ser visto como um prêmio, mas como uma convocação para o exercício dessa missão, a serviço do desenvolvimento do país.



Papaléo Paes defende reformas para construir um país próspero

Na opinião de Papaléo, o Brasil tem pressa para realizar as reformas, mas essa urgência por mudanças não pode atropelar o ordenamento jurídico nem ser feita sem a participação do país.

— Precisamos de reformas sem surpresas, coerentes e consistentes, em prol da construção de um país próspero, no qual o povo também participe efetivamente dessa prosperidade — salientou.

Dirigindo-se ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador disse que o governo se inicia num momento de grande esperança do povo e que "a sociedade está a exigir do governante que seus anseios e direitos sejam respeitados e as propostas de campanha cumpridas".

Em apertados, os senadores Mozerildo Cavalcanti (PPS-RR) e Duciomar Costa (PTB-PA) cumprimentaram Papaléo por seu discurso.

Ana Júlia contesta clima de violência no campo

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) denunciou que setores conservadores da sociedade estão, inveridicamente, apontando a existência de um clima de violência no campo. São os responsáveis pelas mortes no campo e pelo trabalho escravo que espalham tais notícias para justificar a criação de milícias paramilitares, disse ela ontem.

Ana Júlia garantiu que o governo está empenhado em promover uma reforma agrária que integre a pequena produção agrícola ao projeto de desenvolvimento nacional auto-sustentável. Segundo ela, em tão pouco tempo, muito já foi feito nessa área: o governo conseguiu reduzir os conflitos no campo, de 79, média trimestral no governo Fernando Henrique, para 24 neste trimestre; abriu canais permanentes de diálogo com os setores sociais e anuncia medidas de impacto imediato, como o seguro-safra e o plano-safra.

A senadora negou que o Institu-



Ana Júlia denuncia tentativa de justificar milícias paramilitares

to Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tenha se convertido em braço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com seus militantes dirigindo o órgão. "É mentira, não há um único militante orgânico dos movimentos sociais

nas superintendências do Incra. O que existe são técnicos e quadros políticos com larga experiência no campo", afirmou. Em contraste, acrescentou, a alardeada reforma agrária realizada pelo governo anterior foi apenas um arranjo fundiário arcaico, em que a maioria das 524 mil famílias assentadas não tem acesso a estradas, energia elétrica, água potável ou casa para morar.

Em aparte, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) protestou contra as notícias de que se realiza reunião em Mato Grosso visando à formação de milícias paralelas de proprietários rurais para lutar contra invasões no campo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Heráclito Fortes